

O RETORNO DA GEOPOLÍTICA E A ATUALIDADE DE RATZEL: NOTAS SOBRE UM DEBATE BRASILEIRO

Marcos Antônio Fávaro MARTINS¹
André Roberto MARTIN²

■ **RESUMO:** O trabalho tem um duplo objetivo. Em primeiro lugar avaliar a importância dos conceitos geopolíticos para a compreensão da atual conjuntura política do Brasil, e em segundo, identificar a influência do pensamento de Friederich Ratzel (1844-1904) em duas concepções contemporâneas que buscam a renovação da geopolítica brasileira. No desenvolvimento do texto, assinala-se que os conceitos ratzelianos de “Espaço” e “Posição” estão presentes tanto nas concepções de André Roberto Martin quanto nas de Samuel Pinheiro Guimarães, filiando-os, portanto, ao realismo geopolítico. Além disso, verificou-se que outra ideia basilar de Ratzel, também presente entre os pensadores brasileiros, é o entendimento de que o domínio técnico do meio é um elemento crucial na separação entre os “Estados-sujeito” e os “Estados-objeto” da História no cenário internacional.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Geopolítica. Política internacional. Desenvolvimento. Concepção geopolítica. Relações norte/sul.

Introdução

O presente texto pretende analisar a realidade do Brasil contemporâneo a partir da retomada das ideias principais de Friedrich Ratzel (1844-1904), o pai fundador da Geografia Política. Partiu-se da compreensão de que essa realidade pode ser descrita pela seguinte dualidade: de um lado temos a exuberância e a

¹ UNIP – Universidade Paulista. Instituto de Ciências Sociais e Comunicação, Curso de Relações Internacionais. São Paulo – SP – Brasil. 01533-000. E-mail: marcosfavaros84@gmail.com.

² USP – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Departamento de Geografia. São Paulo – SP – Brasil. 05344-020. E-mail: andremartin@usp.br.

potência de um território, que se projeta para a América do Sul, para a África e para a Antártida, e sobre o qual se sustenta o poder nacional brasileiro; por outro, persiste a consciência subalterna de uma classe dirigente que enxerga o mundo apenas como “o lugar dos negócios transfronteiriços”, e não como “um tabuleiro em que se luta pelo poder”.

Com base nessa premissa, esse artigo apresenta os pressupostos teóricos de Friederich Ratzel como fundamentos válidos para a interpretação do projeto brasileiro de potência. Neste particular, o artigo também coteja duas interpretações sobre a realidade brasileira contemporânea: uma oriunda da Geografia à qual pertencem os autores destas linhas, e a outra, de autoria do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Ambas estão impulsionadas pela busca de uma aproximação entre a diplomacia e a geopolítica, com vistas à construção de uma bússola que possa servir de orientação para a nossa política externa.

Desse modo, o artigo está sistematizado em duas grandes seções: na primeira, apresentam-se as linhas gerais do pensamento ratzeliano, entendido sinteticamente como o método geográfico de se pensar o fenômeno estatal; e na segunda, colocam-se em tela a concepção “meridionalista” por nós esposada, e o “grande Estado periférico” de Samuel Pinheiro Guimarães, ambas, como procuraremos demonstrar, influenciadas pelas ideias seminais do grande geógrafo prussiano.

Ratzel como o pai fundador de uma teoria geográfica do Estado

A literatura normalmente classificada como Teoria Geral do Estado costuma definir o Estado moderno como sendo uma espécie de amálgama entre “um povo, um território e uma organização política” (ZIPPELIUS, 2016). Definição essa tão útil quanto sintética, ela resume os cinco séculos de pensamento político sobre o Estado e o seu poder. Sintetiza as teses de Maquiavel sobre a natureza do poder político e a estabilidade como um valor supremo; os argumentos de Hobbes sobre a natureza da autoridade e da soberania; e resume ainda a teorização de Montesquieu sobre a importância da estrutura institucional para a comunidade política.

Pouco, porém, os clássicos do pensamento político fizeram para o real entendimento das relações que um Estado possui com o seu território: está subentendido em Maquiavel que os Estados apresentam variadas condições de defesa que estão diretamente vinculadas às suas condições sociais, e que tais condições são passíveis de um exercício de mensuração (MAQUIAVEL, 1983, p. 43-44); Montesquieu por sua vez deixou claro que o tamanho excessivo dos territórios pode fundar tiranias, mas avançou pouco na demonstração dessa tese, e boa parte de suas considerações geográficas se perderam em um determinismo naturalista simplificador. Isto não obscurece obviamente a importância de sua contribuição para a análise e a própria estruturação do Estado moderno, mas o fato é que suas ideias pouco acrescentaram à compreensão da dinâmica do sistema interestatal, e de que o Estado representa também um fenômeno geográfico (MONTESQUIEU, 1973).

Veio da Geografia Científica, já em fins do século XIX, a crítica à teoria política clássica, acompanhada pela proposta de uma teoria geográfica do Estado:

Como o Estado não é concedível sem território e sem fronteiras, constitui-se rapidamente uma Geografia Política, e ainda que nas ciências políticas em geral se tenha perdido freqüentemente de vista a importância do fator espacial, da situação etc., considera-se, entretanto como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo (RATZEL, 1983, p.93).

O autor dessas críticas foi o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, e o núcleo de suas ideias influenciou praticamente todo o pensamento geopolítico do século XX: ao propor a criação de uma nova disciplina, a Geografia Política, entendida como sub-ramo da Geografia Científica, Ratzel propôs-se a estudar a apropriação política da superfície da Terra por parte dos diferentes grupos humanos. De sua vasta obra não podem deixar de ser mencionados os dois volumes da *Anthropogeographie* (primeiro volume publicado em 1882, o segundo em 1891) e o *Politische Geographie* (1897).

Por meio de um exaustivo exercício de comparação entre a história da vida política dos povos em relação às condições ambientais do planeta, Ratzel estabeleceu um raciocínio integrando elementos da História, da Geografia, e da Etnologia. Zóologo e geólogo de formação, Ratzel foi também jornalista,

e lutou na guerra franco-prussiana (1870-1871) que levou ao nascimento do Estado alemão. Em seguida viajaria pelos Estados Unidos, cujas experiências iriam influenciar fortemente suas concepções. Vamos a um breve resumo sobre aquelas relacionadas ao espaço geográfico político.

Para Ratzel o Estado surge como produto de um desenvolvimento civilizatório avançado, o qual consiste fundamentalmente no gerenciamento por parte da comunidade política, de grandes extensões de território. A partir do momento em que um povo deixa a sua condição de nômade, ele passa a ter oportunidade de desenvolver um aparato técnico de controle e defesa territorial que é a base da organização estatal. Não obstante, quanto mais antiga for a condição de sedentarização de um povo sobre um território, maior será o desenvolvimento técnico desse povo, pois mais equipado será o seu território.

Aqui o conceito de “civilização” é entendido como o acúmulo de técnicas desenvolvidas por um grupo humano ao longo do tempo, o que possibilitaria ao mesmo um maior grau de manipulação sobre o meio que o circunda (RATZEL, 1990, p.133). O homem, portanto, deve fixar-se ao solo, e a partir dele subsistir, procriar, desenvolver seus aparatos técnicos para, a partir daí, não só garantir a sobrevivência do grupo a que pertence, como também ajudar a influenciar ou até sobrepor-se aos povos limítrofes.

Por isso, existe dentro das concepções do autor alemão um elemento, que nem sempre é reconhecido pelos seus comentadores, e que distingue os Estados fortes dos Estados fracos: esse elemento está no desenvolvimento civilizacional que implica no domínio técnico do meio geográfico. Os povos considerados “subdesenvolvidos”, nesse caso, seriam justamente aqueles que apresentam dificuldades em desenvolver e assimilar novas tecnologias. Em contraste, os povos desenvolvidos seriam precisamente os que conseguem desenvolver novas ferramentas, máquinas e processos produtivos, o que lhes permite conquistar e manter grandes territórios sob seu controle. A capacidade de garantir o domínio sobre extensas áreas é o que representaria em suma, a essência do que chamamos de “civilização”. Partindo dessas referências é possível desenvolver um raciocínio voltado para a interpretação das relações internacionais de nosso tempo, no qual a dicotomia entre Estados tecnologicamente dependentes e Estados difusores de inovações seja o fio condutor.

Nesse sentido, é interessante notar um alto grau de materialismo no pensamento ratzeliano. O homem é concebido como um animal técnico, capaz de se amalgamar ao meio, de se territorializar, de criar e impor a sua cultura. Para Ratzel, a lógica da conquista territorial é de natureza cumulativa: quanto maior o tamanho do território conquistado maior a capacidade de gerenciamento que esse povo terá que desenvolver, ou em outras palavras, quanto maior a quantidade de recursos à disposição de um povo, maior o seu poder. Por isso as categorias chaves do pensamento ratzeliano são precisamente: Espaço (*raum*) e posição (*lage*). Otávio Tosta (TOSTA, 1984, p. 09) interpreta que *raum* deve ser traduzido como a extensão territorial do Estado, e *lage* como a posição geográfica de um Estado em relação a todos os demais.

Nosso autor lembra que mesmo antes da formação do Estado, os povos nômades eram influenciados pelas condições geográficas relativas à sua posição: a área de trânsito ou de alocação de um povo influencia a sua vocação econômica, as suas necessidades de defesa, e são cruciais as relações que tal povo vai ter com o oceano. Um povo, quando se sedentariza e forma um Estado também estabelece uma posição em relação aos seus vizinhos, que podem estar em condições mais ou menos evoluídas em termos de desenvolvimento técnico. Nesse contexto, as características naturais da superfície do planeta oferecem uma espécie de “moldura” dentro da qual os diferentes povos terão condições de desenvolvimento diferentes:

Cada parte de la Tierra otorga a los países y pueblos determinadas características y – de igual manera – cada parte de esa parte, según su ubicación. En esta se halla incluido el clima, las plantas, la cultura y la situación política; en todos esos factores residen los efectos que se producen por pertenecer a un determinado continente, a parte de él, a un océano o por la vecindad de algún río o montaña. (RATZEL, 1975, p. 15).

O espaço, por sua vez, diz respeito à quantidade de território que um determinado grupo possui – ele é a condição básica para a sua sobrevivência-, sendo que, a pressão demográfica e o grau de evolução cultural desse povo, implicará na demanda por mais território.

Em um patamar mais amplo, a Humanidade aparece confinada dentro da porção de superfície habitável do planeta –

o *ecúmeno* – o qual ela luta constantemente para ultrapassar, conforme se desenvolve. Em conclusão, o elemento humano sempre se esforçará para ocupar o que antes não era habitável (RATZEL, 1975, p. 34).

O conceito de *ecúmeno* é interessante, pois demonstra que Ratzel constatou a existência de duas lutas que constituem forças históricas importantes, formatadoras da sociedade como a conhecemos. Uma dessas lutas se dá entre as sociedades humanas e a natureza: nela a Humanidade se esforça em conjunto pela expansão do *ecúmeno*, pela ocupação do que ainda é inabitável, pela exploração econômica das grandes selvas, dos grandes desertos, das grandes geleiras; enquanto que, dentro do *ecúmeno* se desenvolve a luta acirrada pelo espaço habitável, onde quem prevalece é o Estado de grandes proporções territoriais, culturalmente mais desenvolvido, territorialmente mais organizado e com excedentes demográficos para a prática da colonização.

Um terceiro conceito que tem um valor especial dentro do pensamento ratzeliano – principalmente por causa de seu impacto histórico – é o de “*espaço vital*”. Ele está relacionado ao apetite territorial que culturas mais avançadas possuem, visando permanentemente aumentar seus territórios. Representaria em suma a quantidade de território que um determinado Estado precisa anexar para satisfazer as necessidades do seu povo, as quais tendem a se renovar conforme se verifica o desenvolvimento cultural do mesmo e a intensificação do uso solo (RATZEL, 1975, p 32).

O conceito de “*espaço vital*” causou grande polêmica, uma vez que foi utilizado como legitimador da política expansionista alemã do Terceiro Reich (1933-1945). Contudo, não só os nazistas fizeram uso das ideias de Ratzel, nem elas servem apenas a objetivos políticos expansionistas: o potencial explicativo delas, a rigor, complementa as lacunas deixadas pelo pensamento político clássico, e dá forma a concepções geopolíticas de diferentes matizes ideológicas.

As leis de Ratzel do desenvolvimento territorial dos estados

Do que foi exposto até aqui se conclui que, para Ratzel, a dinâmica que rege os territórios possui a propensão de se expandir

ou de se retrair conforme uma lógica ditada por necessidades materiais. Essa lógica foi organizada pelo pensador naquilo que denominou de “leis de crescimento espacial dos Estados”, as quais podem ser descritas de maneira sucinta, da seguinte forma:

As dimensões do Estado crescem com a sua cultura:

O crescimento do Estado segue outras manifestações do crescimento dos povos, que necessariamente devem preceder o crescimento do Estado;

O crescimento do Estado procede pela anexação dos membros menores ao agregado. Ao mesmo tempo a relação entre população e terra torna-se continuamente mais próxima;

As fronteiras são o órgão periférico do Estado, o suporte e a fortificação de seu crescimento, e participam de todas as transformações do organismo do Estado;

No seu crescimento, o Estado esforça-se pela delimitação de posições politicamente valiosas;

Os primeiros estímulos ao crescimento espacial dos Estados vêm lhes do exterior;

A tendência geral para a anexação e fusão territoriais transmite-se de Estado a Estado, e cresce continuamente de intensidade.

(RATZEL, 1990, 75)

De maneira direta ou indireta, estas “leis do desenvolvimento territorial dos Estados”, representaram o principal suporte teórico para as principais concepções geopolíticas do século XX, notadamente aquelas formuladas por Halford Mackinder e Nicholas Spykman, os mais importantes definidores da grande estratégia das potências anglo-saxônicas do período.

A noção de “concepção geopolítica”

Quando é formada a comunidade política – seja ela nos modelos do Estado Nacional ou dos grandes impérios territoriais da antiguidade – é comum que as suas elites elaborem cosmovisões sofisticadas a respeito do uso e posse do território, de maneira que fiquem claras as suas vulnerabilidades e suas possibilidades de projeção para o cenário externo. O Tratado de Tordesilhas (1494), por exemplo, descreve em suas entrelinhas a vontade de construção de uma comunidade internacional católica, cujo centro de poder seria o condomínio das potências

marítimas da península Ibérica. É verdade que esse projeto nunca se concretizou em sua totalidade por razões políticas, tecnológicas e demográficas. Contudo, os conceitos lançados pelo tratado serviram de balizamento e orientação para as políticas de Espanha e Portugal nos primeiros séculos da modernidade (MARTINS, 2016).

Outros exemplos podem ser acrescentados, como as várias propostas de *"Patria Grande"*, dos diferentes caudilhos hispano-americanos do século XIX, dentre os quais permanecem proeminentes as ideias republicanas de Simón Bolívar (1783-1830). Nesse caso, a convulsão derivada do processo de emancipação política e o localismo característico da cultura política latino-americana distanciaram as ideias integracionistas da objetividade dos fatos.

No século XX, as grandes potências se orientaram por concepções geopolíticas altamente sofisticadas que faziam uso dos postulados de Ratzel nas suas formulações. Nesse particular são sempre citadas, nos manuais, as concepções do general alemão Karl Haushofer (1869-1946), que interpretou o momento histórico em que viveu como dominado por um movimento basculante, no qual declinavam as velhas potências colonialistas, Inglaterra e França, e emergiam as jovens e vigorosas novas potências industriais, a Alemanha, os EUA, o Japão e a URSS. Se combinadas, essas quatro novas potências poderiam gerenciar o mundo em regime de condomínio, cada qual à frente de seu "bloco" geopolítico (TOSTA, 1984; MELLO, 2015). Esses blocos de países foram batizados de *pan-regionen*, isto é, "regiões-totais", onde no interior de cada qual os capitais, a força de trabalho e as terras a explora seriam abundantes.

Mas voltemos à concepção geopolítica de Halford J. Mackinder (1861-1947), a primeira a interpretar o mundo como um sistema político fechado (MELLO, 2015). Mackinder concebeu um mundo hierarquizado em regiões estratégicas, dentro de um esquema concêntrico no qual a região de maior importância geopolítica seria a planície do interior da Eurásia, que o autor chama em um primeiro momento de *Pivot area* (MACKINDER, 1975, p.74) e em um segundo momento de *Heartland* (MACKINDER, 1996, p.28). Para o autor o Estado que dominasse tal planície teria influência direta nas extremidades da Eurásia, o *Inner crescent* (crescente interno), o que equivaleria à conquista do mundo, uma vez que, segundo sua concepção, Europa, Ásia e África representavam uma mesma unidade geográfica, reunindo a maior área e a maior

parte da população do planeta, enquanto Austrália, América do Norte e América do Sul apareceriam como zonas periféricas da sociedade internacional.

O grande objetivo de Mackinder ao expor sua concepção era alertar o Estado inglês quanto aos perigos de unificação da Alemanha e da Rússia numa parceria geoestratégica, o que poderia acontecer por meio de uma aliança militar ou pela conquista de um pelo outro. A soma das potencialidades geopolíticas da Rússia com a capacidade industrial e inventiva da Alemanha poderia criar um império continental inexpugnável, o que seria o prelúdio da supremacia do poder das potências terrestres sobre as potências insulares no mundo.

Durante os anos de Guerra Fria (1948-1991) os EUA se esforçaram para conter o avanço do comunismo rodeando o território soviético de alianças militares cuja principal sempre foi a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O sistema era completado pela Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE) e a Organização do Tratado Central (CENTO). Essas três organizações de caráter militar sitiavam a URSS, respectivamente, pela Europa, pela Ásia e pelo Oriente Médio. Conhecida pelo nome de *Containment*³, a doutrina estratégica de segurança dos EUA teve suas origens mais profundas na concepção geopolítica de Nicholas J. Spykman (1893-1943), defensor da tese de que o imperativo estratégico dos EUA consistiria em impedir a unificação política da Eurásia por um único poder político ou por poucos poderes políticos. A Eurásia possuía, em 1941, duas vezes o tamanho e sete vezes a população da América do Norte (SPYKMAN, 1944, p. 432), de maneira que a sua unificação diminuiria o poder relativo dos EUA no contexto internacional.

Assim sendo, Spykman foi partidário da intervenção estadunidense na segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma vez que a vitória do eixo dividiria a Eurásia em apenas dois Estados: a Alemanha e o Japão. Para Spykman, os EUA deveriam colaborar para a destruição do projeto territorial da Alemanha e do Japão e, depois de terminado o conflito, estacionar o seu poderio nas extremidades da Eurásia, impedindo o expansionismo

³ Em linhas gerais, os manuais de Geopolítica apontam como formulador da doutrina do *Containment* o diplomata estadunidense George Frost Kennan (1904-2005). Essa não é uma informação incorreta, mas que precisa ser expressa de forma completa. Kennan publicou em 1947 no artigo *The sources of soviet conduct* as grandes diretrizes da grande estratégia dos EUA para a Guerra Fria. Contudo, os fundamentos geopolíticos das ideias de Kennan estão presentes de maneira clara na concepção geopolítica de Spykman. Por isso, é mais preciso dizer que o que Kennan fez foi uma releitura criativa da obra de Spykman.

de uma URSS vitoriosa e consolidando a hegemonia mundial estadunidense.

Como se pode concluir, os conceitos ratzelianos de *Lage* e *Raum* estão subjacentes tanto nas teorias geopolíticas de caráter telurocrático como a de Haushofer, quanto nas visões talassocráticas de Mackinder e Spykman. Indiretamente o conceito de *Heartland* mackinderiano está associado às categorias ratzelianas de “espaço” e “posição”; e o mesmo pode se dizer da ideia de *Rimland*⁴ de Spykman. Representam desenvolvimentos da teoria geral, aplicados empiricamente sobre a superfície da Terra. Tanto Mackinder quanto Spykman lançaram as bases para o pensamento estratégico da Guerra Fria influenciando analistas e *policymakers* na interpretação da ordem bipolar. No pós-Guerra Fria, os postulados da Geopolítica clássica foram submetidos ao crivo crítico dos liberais em um processo muito mais político e ideológico do que propriamente científico. Porém no Brasil dos anos 1990, duas concepções geopolíticas vieram a público, resgatando a Geopolítica clássica, mas a partir de novas abordagens. Elas retomaram Ratzel, mas colocaram o Brasil no centro do mundo. Vamos examiná-las.

A atualidade de Ratzel e o debate brasileiro: a interpretação sobre duas concepções

O Brasil do século XX foi um núcleo produtor de pensamento geopolítico. O desenvolvimentismo brasileiro demandava uma concepção avançada que interpretasse os grandes traços do horizonte histórico do jovem país em desenvolvimento. Assim, concepções tais como as de Mário Travassos (1891-1973), Golbery do Couto e Silva (1911-1987), e Therezinha de Castro (1930-2000), que foram publicados em diferentes momentos do período desenvolvimentista brasileiro, expressam a evolução de um pensamento geopolítico original, num esforço de adaptação das teorias clássicas da geopolítica, à realidade brasileira.

⁴ Spykman dá o nome de “Rimland”, para o conjunto de regiões (a maior parte delas penínsulas) que compõem as extremidades da Eurásia. Para o autor o Rimland é a região mais importante do planeta, não apenas por que ela é formada pelas regiões mais populosas do mundo, mas também por que ela é a chave do controle da Eurásia. Para Spykman, o objetivo estratégico dos EUA se resumia em impedir que grandes potências surgissem no Rimland, o que justificava a presença militar de Washington nessa região. Tal presença também serviria como uma barreira de contenção para o expansionismo territorial da Rússia, conforme mostramos no texto.

A redemocratização do país, ao longo da década de 1990 coincidiu com o abandono do paradigma desenvolvimentista e a ascensão da agenda neoliberal. As reformas introduzidas no período, centradas na privatização de empresas estatais, valorização do câmbio e abertura aduaneira foram responsáveis pelo fim do “imposto inflacionário”, mas combinado a um aumento exponencial das taxas de juros. O que se verificou em seguida foi o crescimento do desemprego e o conseqüente aumento do nível de pobreza e desigualdade social do Brasil. Além disso, entre os impactos negativos, o mais visível foi sobre o patrimônio industrial, construído pelo país nos sessenta anos anteriores e dilapidado pela valorização artificial do câmbio. Tal fato não passou despercebido por quem avalia a realidade socioeconômica a partir de postulados geopolíticos. É o que veremos a seguir.

O Brasil concebido como um “grande Estado periférico”: notas sobre o pensamento de Samuel Pinheiro Guimarães

Em 1999 vem a lume o livro *Quinhentos anos de periferia*, livro este destinado a se tornar um clássico do pensamento estratégico nacional. Tal trabalho teve continuação em *O desafio brasileiro na era dos gigantes* (2006) e numa sequência de opúsculos menores, que portavam o mesmo teor de preocupação: as condições de desenvolvimento do Brasil em um mundo secularmente bipartido entre o grupo de países de capitalismo central e a periferia.

Em larga medida, o autor é influenciado por Hélio Jaguaribe (1923-2018) e pelos economistas da Comissão Econômica da América Latina (CEPAL) ao conceber que a modernidade capitalista fundou uma ordem econômica hierarquizada entre “centro” e “periferia” com difíceis possibilidades de ascensão dos países do último grupo. Mas Pinheiro Guimarães também acaba sendo um tributário de Ratzel, na medida em que valoriza as grandes extensões de território como fonte de poder, o comércio como um instrumento e uma manifestação do poder de uma sociedade, e o desenvolvimento tecnológico como imperativo estratégico brasileiro.

A dicotomia entre o centro e a periferia na sociedade internacional não pode ser considerada como uma ideia exclusiva do autor. Ainda que tenha suas raízes mais profundas no pensamento de Lenin (1972), tal dicotomia se consagrou com a teoria da dependência, da CEPAL e, posteriormente, chegou às relações

internacionais através dos trabalhos de Juan Carlos Puig (1928-1989) e Hélio Jaguaribe, precursores do pensamento “autonomista” nas Relações Internacionais.

Segundo Pinheiro Guimarães, a causa da globalização econômica foi a colonização europeia, que por meio de práticas econômicas assimétricas estabeleceu a hierarquia internacional, primeiramente baseada na dualidade colônia /metrópole para se transformar, a partir do século XIX, na dualidade países centrais/países periféricos. Assim, estes últimos caracterizam-se pelo passado colonial e pela dificuldade de assimilação tecnológica, cristalizando-se uma rígida ordem internacional (GUIMARÃES, 2002). Os Estados Unidos nesse sentido seriam um exemplo dentre o seletivo grupo de países que ascenderam da periferia para o centro do sistema.

A partir dessa moldura, Samuel Pinheiro Guimarães deriva dois conceitos originais e de indiscutível importância teórica para a discussão da realidade brasileira. São eles os conceitos de “grande Estado periférico” (GUIMARÃES, 2002, p. 17) e “estruturas hegemônicas” (GUIMARÃES, 2002, p. 25). Começamos pelo primeiro.

Sinteticamente, o grande Estado periférico define-se como sendo o Estado da periferia que possui condições mínimas para realizar uma “política de potência”. Estados tais como o Brasil, a Argentina, a Índia e o Irã possuem grandes territórios, grandes populações e capacidade industrial, o que os torna exemplos de Grandes Estados Periféricos. Em contraste a essas capacidades, os grandes Estados periféricos possuem as vulnerabilidades que são características das demais sociedades periféricas.

Tais vulnerabilidades se caracterizam pela dependência econômica e tecnológica, pelo altíssimo nível de pauperismo de sua população, produto das desigualdades de riqueza acumuladas por séculos, e das péssimas condições da vida urbana nesses países. Dadas as estruturas de poder pouco sofisticadas dessas sociedades, é comum que os grandes Estados periféricos tenham dificuldades de manter sistemas políticos democráticos por longos períodos.

Para ascender os grandes Estados periféricos necessitam superar suas vulnerabilidades internas, confrontar os empecilhos internacionais e fundar democracias duradouras.

É interesse dessa classe de Estados evoluírem para o centro do sistema capitalista, a exemplo do que fez a China nos últimos

trinta anos, porém os países de capitalismo central trabalham para conter a ascensão de novos atores internacionais poderosos. Os Estados Unidos, como Estado mais poderoso do mundo no segundo pós-guerra, é o maior interessado na contenção de novos polos de poder capazes de serem seus concorrentes na ordem internacional.

Para conter a ascensão dos Grandes Estados Periféricos e para perpetuar a sua posição na ordem internacional, os EUA usam os recursos tradicionais do poder nacional (as armas, a riqueza e a ideologia) e uma forma relativamente nova de expressão de poder na sociedade internacional, e que pode ser denominada de “estruturas hegemônicas”. São elas, basicamente, as organizações internacionais ou foros de concertação entre os Estados, os quais são importantes para manter a estabilidade do sistema internacional, mas que atuam influenciadas pela ideologia e pelo poder econômico dos EUA. Segundo Pinheiro Guimarães, a própria ONU constitui uma estrutura hegemônica, principalmente o Conselho de Segurança (CS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Fora da ONU são estruturas hegemônicas o North American Free Trade Agreement (NAFTA), a OTAN e o G7. Por meio dessas organizações, os EUA conseguem impor os seus valores e satisfazer os seus interesses sem precisar utilizar métodos diretos.

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, os EUA contavam com mais da metade da produção industrial do mundo e metade das reservas de ouro. O país fora o único grande Estado que lutou a guerra e não teve o seu território destruído e, mais do que isso, tropas norte-americanas dominavam as periferias da Eurásia e os mares adjacentes naquele exato momento. Estava claro na consciência da elite dirigente estadunidense da década de 1940 que o poder econômico dos estados Unidos iria decair nos anos seguintes, muito por conta da necessidade de combater a URSS, o que obrigava a reconstrução da Europa e do Japão e forçava o governo norte-americano a tomar uma série de medidas antieconômicas (FAIRE, 1977, p. 47-48). Assim, os EUA procuraram usar seu dinheiro e seus quadros para reconstruir a estrutura institucional da sociedade internacional, fazendo que tal estrutura trabalhasse para os interesses estadunidenses, mesmo depois da inevitável decadência do poder americano.

Nessa direção, todas as normas internacionais de abertura dos mercados nacionais e desenvolvimento das vantagens

comparativas, defendidas pela OMC, podem ser entendidos como meios de inibição do desenvolvimento dos Grandes Estados Periféricos e, portanto, de manutenção do *status quo* do poder internacional que emergiu ao final do conflito.

Ao colocar o Brasil no centro do debate, Samuel Pinheiro Guimarães apontará para a necessidade de integração econômica da América do Sul, sendo esta uma espécie de chave para o aprimoramento do poder nacional brasileiro.

A integração sul-americana nesse sentido aparece como um imperativo, pois é ela que possibilita ao Brasil exportar os seus produtos industrializados. É também a integração da América do Sul que permite ao país assegurar mercados próximos às suas fronteiras antes que estes sejam completamente dominados pelas economias das grandes potências.

Tal concepção confere aos blocos econômicos uma posição de centralidade para a construção de um mundo multipolar que diminuiria o poder relativo dos EUA no mundo, segundo se pode comprovar no trecho a seguir:

O cenário econômico mundial se caracteriza pela simultânea globalização e gradual formação de grandes blocos de Estados na Europa, na América do Norte e na Ásia; pelo acelerado progresso científico e tecnológico, em especial nas áreas da informática e da biotecnologia, com sua vinculação às despesas e atividades militares (...). Neste cenário violento e instável de grandes blocos, multipolar, há uma tendência a que países pequenos e até médios venham a ser absorvidos, mais ou menos formalmente, pelos grandes Estados e economias aos quais ou se encontram tradicionalmente vinculados por laços de origem colonial ou estão em sua esfera de influência histórica, como no caso da América Central; ou tenham feito parte de seu território, como no caso dos países que formam a Comunidade de Estados Independentes – CEI; ou se vinculam por laços étnicos e culturais, como no caso da diáspora chinesa na Ásia (GUIMARAES, 2008, p. 59-60).

Quando o autor fala da “absorção” de “países pequenos e até médios” pelos grandes Estados, ele está desenvolvendo um tipo particular de realismo político, baseado no ratzelianismo. Boa parte dessas ideias foram operacionalizadas na primeira década do século XXI, com o fortalecimento do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a fundação da União de Nações Sul-Americanas

(Unasul). No entanto, desde as passeatas ocorridas no Brasil em junho de 2013, seguidas pelo alijamento de Dilma Rousseff do poder em 2016, tais tendências sofreram uma ruptura abrupta fazendo cair por terra os projetos integracionistas e desenvolvimentistas do autor.

O lugar do Brasil em um mundo tripartido: notas sobre a concepção “meridionalista”

Uma exposição mais ampla sobre os fundamentos do que denominamos de “meridionalismo” geopolítico pode ser obtida na leitura do livro intitulado *Brasil, geopolítica e poder mundial: o anti-Golbery*, lançado em 2018, e deliberadamente voltado para se contrapor à geopolítica da Escola Superior de Guerra, hegemônica durante o regime militar, e que tinha em Golbery do Couto e Silva seu principal expoente. Em outro texto mais recente alerta-se para que o meridionalismo geopolítico não seja confundido com o meridionalismo italiano da década de 1920 (MARTIN, 2018a, p. 149)⁵.

Influenciado pelas teses de Ratzel e pelo movimento terceiroromundista das décadas de 1950, 1960 e 1970, o meridionalismo surgiu como uma concepção geopolítica que é ao mesmo tempo um complemento necessário à teoria geopolítica clássica e uma forma brasileira de interpretar o mundo. Sendo assim ele representaria, ao mesmo tempo, uma *teoria das relações internacionais* e uma *concepção de mundo*.

Nós sabemos que as concepções geopolíticas tidas como “clássicas”, ou seja, aquelas formuladas por Mackinder e Spykman, privilegiaram o eixo de tensão no sentido leste/oeste, valorizando como força condicionante da política mundial a divergência histórica entre as sociedades terrestres (aquelas alocadas no interior da Eurásia) e as sociedades insulares (aquelas alocadas em grandes ilhas, como a Inglaterra e o Japão).

Para essas concepções existe um esforço secular das sociedades que formaram Estados no interior da península euroasiática para tomar as extremidades da Eurásia e ganhar assim acessos aos oceanos. Em contraponto há a pressão das

⁵ O meridionalismo italiano não é uma doutrina internacional. Ela é um conjunto de ideias econômicas, políticas, históricas e artísticas voltadas para discutir o desenvolvimento do sul da Itália, o *Mezzogiorno*. Tal escola tem suas origens mais profundas no movimento conhecido como *settecento napoletano*, mas só ganha proporções com a unificação da Itália na segunda metade de XIX.

potências insulares, que se esforçam para exercer controle nas extremidades da Eurásia, impedindo desse modo que o grande continente se torne um único Estado. Nessa interpretação deixa-se de enquadrar como objeto de discussão uma porção significativa do globo terrestre, que por muito tempo foi vista como espólio das disputas imperialistas, mas que na nossa época teria adquirido personalidade política própria: o *sul geopolítico*.

Diferente das potências *eurasiáticas*, cujos principais Estados são a Rússia e a China, e diferente das potências *atlantistas*, cujos principais Estados são os EUA e a Inglaterra, essa terceira região geopolítica é de vocação anfíbia, e é formada por grandes penínsulas: a América do Sul, o cone sul do continente africano, o subcontinente indiano e a Indochina. Além destas regiões, somam-se mais dois continentes: a Oceania e a Antártida

Tal interpretação apoia-se na teoria dos “*três ecúmenos*”, base geográfica sobre a qual se edificariam as três grandes “geoideologias” da hora presente: o atlantismo, o eurasianismo e o meridionalismo. A palavra “ecúmeno” é de origem grega, e costuma ser traduzida simplesmente por “mundo”. Na Geografia grega o termo passou a ser definido como a área ocupada pela humanidade, enquanto que as áreas de difícil povoamento foram reconhecidas como “anecúmenos”. Dado que a tecnologia atual possibilitou a presença permanente do Homem na Antártida este conceito perdeu muito do seu poder descritivo.

Assim, se no hemisfério Norte encontram-se os ecúmenos continental e marítimo, no “*terceiro ecúmeno*”, ou seja, no mundo meridional, existe uma condição híbrida, onde se destaca um arco de Estados fortes, com condições de propor e realizar uma política de potência. Esses países são o Brasil, a África do Sul, a Índia e a Austrália.

Esse entendimento, ou seja, de que o Brasil é um Estado forte em uma das três grandes regiões geopolíticas do planeta, resolve a crise de identidade estratégica do país, que oscila entre a postura atlantista, pró-ocidental, dada a sua filiação ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que vincula o país aos EUA; e a filiação ao ecúmeno euroasianista, consubstanciada na elevação do grupo BRICS ao *status* de bloco geoestratégico.

Assim sendo, o Brasil como país meridional deveria buscar uma aliança com a Índia, prioritariamente, o que serviria de

soldadura e fortalecimento ao ecúmeno meridional e um ponto de estabilização do mundo, uma vez que o surgimento de um polo de poder no mundo meridional ajudaria a equilibrar as tensões existentes entre os ecúmenos eurasiático e atlantista, e distribuiria melhor as forças mundiais ao contribuir para o estabelecimento de uma ordem internacional verdadeiramente multipolar.

Para tanto o Brasil necessitaria aperfeiçoar o seu poder militar, notadamente seu poder marítimo, e se projetar com eficácia no Atlântico Sul, o que tornaria o Brasil um aliado confiável para a Índia no Ocidente. Em uma época em que o poder militar se acumula na bacia do Atlântico Norte, o surgimento do Brasil como potência militar faria com que os EUA se preocupassem com mais uma frente de atuação militar, o que dissiparia o seu poder, no longo prazo, uma vez que a ligação Atlântico Sul-Índico diluiria as tensões no Setentrão.

O Brasil necessitaria também aperfeiçoar a dimensão ideológica do seu poder, criando um corpo de ideias que oferecesse identidade e orgulho para o mundo meridional, assim como o liberalismo proporcionou para o mundo atlantista, uma maneira de pensar o mundo.

Assim, embora ainda não tenha sua dimensão ideológica desenvolvida em sua plenitude, o meridionalismo entende que o Brasil necessita consolidar seus vínculos de solidariedade social, permitindo uma melhor integração territorial do país, de modo a alcançar um nível mais avançado de solidariedade entre as classes e entre as regiões que o compõem. Ele não é avesso, por isso, às ideias de Samuel Pinheiro Guimarães de que a formação de uma democracia duradoura não representa apenas um desafio histórico, mas, também, um imperativo estratégico para o Brasil.

À guisa de conclusão: no centro, a realidade brasileira

O texto apresentado evidenciou a influência de Ratzel em duas concepções recentes que procuram atualizar o pensamento estratégico brasileiro, o que nos fez recuar até o ambiente intelectual da década de 1990, quando, na contramão do pensamento social da época, que apregoava o “fim do Estado nacional” e até do “fim da história”, surgiram duas teorias geopolíticas que bebem das fontes de Ratzel, ao fazer a releitura do clássico alemão e afirmar que o território ainda representa o principal ativo estratégico de um Estado. Vem de Ratzel também o

entendimento de que o desenvolvimento técnico é um imperativo da soberania, pois ele oferece meios de defesa e prosperidade econômica em um mundo que continua a ser violento e dominado por grandes Estados de conduta imperial.

Cumpre-nos, agora, apresentar os pontos comuns entre o “meridionalismo” e o “grande Estado periférico” e averiguar o quanto esses pontos são úteis para a interpretação da realidade brasileira atual, no momento que estamos prestes a ingressar na terceira década do século XXI. Tentemos então estabelecer uma síntese dessas duas concepções destacando os pontos que têm em comum:

- A valorização do espaço e da posição do território brasileiro como instrumento de política externa;
- A busca de parcerias dentro do sul geopolítico como meio de contraposição à política das grandes potências;
- A consciência da necessidade da democracia como elemento de estabilização e cimentação de uma sociedade ainda em fase de formação e mestiçagem.

Tal entendimento repousa, então, na possibilidade de transformação do Brasil em uma potência intermediária, capaz de ser um aliado viável dentro de um sistema de equilíbrio entre potências.

O cotejamento dessas concepções com a história dos últimos trinta anos é sem dúvida contrastante: desde 1991 o Brasil oscila entre governos neoliberais e governos de um nacionalismo econômico tímido. Nenhum deles confrontou efetivamente a aliança entre banqueiros e grandes fazendeiros com o capital internacional, a qual tem sido apontada desde o início da República, como a grande adversária do desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro. A partir da década de 1990, a elite econômica do país tornou-se profundamente rentista, financista, deixando em segundo plano o setor industrial. Tal decisão acarretou num padrão de crescimento econômico muito baixo, insuficiente para atender as demandas de uma população de mais de 200 milhões de habitantes, onde a maioria ainda se encontra mergulhada na pobreza. O setor industrial, nesse sentido, é fundamental para o Brasil não só pelo desenvolvimento científico e tecnológico que ele obriga, mas também por que proporciona o aperfeiçoamento do potencial humano do país,

incrementando suas potencialidades também no campo da defesa, além de oferecer os meios para uma melhor articulação territorial.

Em suma, o Brasil acumula em nossa época problemas territoriais da mesma natureza, ainda que em menor monta, do que aqueles que acumulava na década de 1970. Neste ponto, o desafio geopolítico de expansão do ecúmeno brasileiro, e de vivificação dos seus recursos naturais, persiste, com o agravante da reprimarização da nossa pauta de exportações.

Sem o alastramento da base industrial em escala continental que o país necessita, e sem o desenvolvimento da área militar, o Brasil não terá condições de aperfeiçoar sua projeção internacional, e não poderá se apresentar como aliado confiável para qualquer outro Estado. Com o tempo, até o controle que o Estado possui sobre o próprio território poderá esmorecer.

Para finalizar não é exagero concluir que o atual retorno, ainda que inconsciente e não reconhecido pelos últimos governos, da geopolítica golberyana deverá travar o processo de constituição do Brasil como um “grande estado periférico” com potencial de liderança sobre o conjunto do “mundo meridional”.

Assim, o problema geopolítico brasileiro de expansão interna do ecúmeno e projeção pacífica para fora do território só poderá ser resolvido com uma geoideologia, que torne a integrar o povo ao seu território e solidarize as classes sociais, principalmente a classe dirigente, em relação aos perigos da nossa época e da necessidade de se edificar um grande Estado no Atlântico Sul que seja, antes de qualquer coisa, uma democracia *sólida* e duradoura.

MARTINS, M. A. F; MARTIN, A. R. The return of Geopolitics and the current relevance of Ratzel: notes on a Brazilian debate. *Perspectivas*, São Paulo, v. 51, p. 119-139, jan./jun. 2018.

■ **ABSTRACT:** *The present paper has a double objective. First, to evaluate the importance of geopolitical concepts for the understanding of Brazil's current political conjuncture, and secondly to identify the influence of Friederich Ratzel's thinking (1844-1904) on two contemporary conceptions that seek to renew Brazilian geopolitics. In the development of the text, it is pointed out that the Ratzelian concepts of "Space" and "Position" are present both in the conceptions of André Roberto Martin and of Samuel Pinheiro Guimarães, thus connecting them to geopolitical*

realism. In addition, it was possible to verify that another pivotal idea of Ratzel, also present among Brazilian thinkers, is the understanding that the technical domain of the environment is a crucial element in the separation between the “subject states” and the “object states” in the history of the international arena.

■ **KEYWORDS:** *Geopolitics. International politics. Development. Geopolitical conception. North/South relations.*

Referências

FAIRE, A. Os conflitos interimperialistas na crise. In: AMIN, S. (org.). *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977. p. 45-92.

GUIMARÃES, S. P. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 4ed. Porte Alegre/ Rio de Janeiro: Editora da UFRGS; Contraponto, 2002.

GUIMARÃES, S. P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

KENNAN, G. F. Motivações da conduta soviética. In: DALLIN, A. *A conduta soviética nas relações internacionais*. Rio de Janeiro: GRD, 1964.

LENIN, V. *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1972.

MACKINDER. H. J. *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*. Washington, DC: National Defense University, 1996.

MACKINDER. H. J. El pivote geográfico de la historia. In: RATTENBACH, A. B. *Antologia geopolítica*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975. p. 65-81.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARTIN, A. R. *Brasil, geopolítica e poder mundial: o anti-Golbery*. São Paulo: Hucitec, 2018

MARTIN, A. R. Brasil, Portugal e o meridionalismo geopolítico. In: MACHADO, M. S.; BARBOSA, J. L. (orgs). *Entre Brasil e Portugal*,

aproximações geográficas. Rio de Janeiro: 7letras, 2018a. p.148-161.

MARTINS, M. A. F. *Terra e mar no pensamento geopolítico argentino: da disputa hegemônica no cenário doméstico a sua influência sobre a Geopolítica do Brasil*. 2016. Tese (Dem Integração da América Latina). Programa Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MELLO, L. I. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: Hucitec, 2015.

MONTESQUIEU, C. L. S. *O espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

RATZEL, F. Essência, origem e difusão da civilização. In: MORAES, A. C. R. (Org). *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p.129-140.

RATZEL, F. O solo a sociedade e o Estado. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo. v.02, n. 02, pp. 83-101, 1983.

RATZEL, F. As leis do crescimento espacial dos Estados. In: MORAES, A. C. R. (Org). *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 175-182.

RATZEL, F. Ubicacion y espacio. In: RATTENBACH, A. B. *Antologia geopolítica*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975. p.15-52.

SPYKMAN, N. J. *Estados Unidos frente ao mundo*. México: Fondo de Cultura Economica, 1944.

TOSTA, O. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

ZIPPELIUS, R. *Teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2016.

